

José Carlos Azevedo

“**E**STIVE fazendo algumas experiências que sugerem que o átomo pode ser desintegrado artificialmente. Se isso for verídico, trata-se de algo mais importante que uma guerra”. Foi essa a desculpa que Lord Rutherford deu, ao chegar atrasado a uma reunião do Comitê Sobre Pesquisas Militares, por ele integrado. Décadas depois, as hecatombes de Hiroxima e Nagasaki confirmariam a profecia do neozelandês, ex-diretor do então modestíssimo Cavendish Laboratory, de onde saíram tantos prêmios Nobel, incluindo o próprio Rutherford.

Lembrei-me desse trecho do livro de N. Feather sobre o pai da física nuclear, ao saber de dois fatos recentes. O primeiro, preocupante, foi sobre a auto-aplicabilidade da Lei que destina 13% do Orçamento Federal para a Educação; não há preocupação com o número aziago, de fundamentação desconhecida, mas com a possibilidade de tal medida implicar o aumento do número de funcionários do MEC (hoje há cerca de dois deles para cada três alunos), das greves e assembléias ou da simples construção de salas de aula; ou a diminuição, em base *per capita*, pelo menos, das pesquisas.

Em tal base, o Brasil produz tanto quanto algumas nações africanas subdesenvolvidas; construir escolas é sempre fácil, bastando contratar empreiteiros e ler discursos de inauguração. Aliás, em 1867, o Chefe do Bureau das Colônias Inglesas disse que a única razão que encontrava para autorizar a criação de uma escola pública em Trinidad era a alta relevância que via para os pobres que seus patrões ricos fossem bem educados (N. Morris, *History of Education Society*), ideal que se concretiza nas universidades oficiais brasileiras, em muitas das quais um dos grandes problemas é o do local de estacionamento para os carros dos alunos. O chefe do Bureau completou seu raciocínio citando um dos pais do liberalismo, Adam Smith: “Entretanto... esse tipo de apoio é anódino e as escolas adquirem consciência e se tornam eficientes quando o que recebem depende de seus esforços e da clientela atraída pela sua reputação”.

A recente decisão foi comparada à Lei Áurea da Educação, mas é bom lembrar que, quando ela foi assinada pela Princesa Isabel, a escravidão já estava extinta e substituída pela segregação, que se pretendeu terminar com a Lei Afonso Arinos, mas que continua a existir. Assim, nada impede que, limitando-nos a múltiplos de 13, venham a destinar 26, 39 ou mais por centos do Orçamento Federal para a área da Educação, continuando a não resolver seus problemas e dificultando a solução dos demais. A cantilena “mais verbas para a educação” está longe de sintetizar o *fiat* dessa questão. No Governo passado, aliás, o MEC devolveu recursos à Sepplan, havia outros, em moeda forte, subutilizados e, à falta de idéia melhor, contrataram, num só dia, 12 mil professores para as universidades, adiando-se, assim, para o próximo milênio, a possibilidade de termos no Brasil uma Universidade.

As instituições que hoje levam esse nome, com pequenas nuances entre elas, são de natureza parassindical, mas com um aspecto: se permanecerem paradas, em nada prejudicam a economia do País; nelas é também proibido falar em mérito intelectual, o que se constata até pela leitura da recente lei do magistério. Por último, elas se transformaram, nesses últimos anos, em focos de divulgação do marxismo barato (*Words are wise men counters, they do but reckon with them but they are the money of fools*”, lembrava Hobbes), justamente quando essa ideologia perdia seu prestígio no mundo civilizado.

A outra notícia, alvissareira, foi dada pelo Dr. Everardo Maciel, Secretário Geral do MEC, ao declarar

que, em nossas Universidades, há a apenas uns sete alunos por professor; em passado recente, esse Ministério divulgou tal dado mas para demonstrar seus “esforços” em prol da Educação e não a face cruel que esse número, associado à baixa produtividade intelectual, revela: o empregoismo. É motivo de satisfação estar o MEC a reconhecer erros, pois ali era honrado com o tratamento dado a inimigos que falasse sobre o óbvio: o desperdício de recursos, a inexistência de critérios para distribuí-los, o crescimento do número de analfabetos, a ausência de reprovação nas universidades públicas, as legiões de crianças fora das escolas, o alto percentual de professores leigos, o corporativismo pedagógico e assim por diante.

Ao longo de nossa história, não houve um só ato de ruptura com o passado e a própria República chegou quando a Monarquia estava em estertores; em matéria de educação brasileira, só a ruptura interessa. Para perplexidade de alguns, foi isso o que fez há dias o Ministro da Educação da França ao mandar às favas o moderno “pedagogês”, redirecionando a educação de seu país para o ensino generalista, ou humanista, ou liberal, como queiram. Enquanto tivermos no Brasil esse ensino voltado para profissões e quinquilharias, haverá sempre a correlação escola, profissão, sindicato e reserva de mercado classista, em detrimento dos mais capazes e em benefício dos “portadores de diplomas”, pouco importando onde e como os tenham obtido. Em carta endereçada ao Rev. H.W. Carr, em 7 de janeiro de 1852, Stuart Mill escreveu: “O que o pobre, tanto quanto o rico, exige, não é ser doutrinado nem lhe ser ensinada a opinião de outras pessoas, mas ser induzido e habilitado a raciocinar por ele próprio”. Em outras palavras: educar é abrir inteligências e não obrigar a decorar inutilidades como hoje fazem no Brasil.

Neste século, houve mais de 10 reformas educacionais e, ao que parece, vem outra por aí. Agora, fala-se em democracia, liberalismo, socialismo e comunismo e há de tudo nas doses desejadas, exceto quanto ao liberalismo que, decididamente, não existe entre nós; uma de suas características marcantes é a limitação da atividade do Estado a áreas essenciais entre as quais a educação se inclui de forma modesta e para garantir a escolaridade básica para todos. Por isso, se os recursos gerados pela nova lei forem integralmente destinados ao ensino de base, estaremos fazendo uma opção correta nos campos educacional e político. Quanto às universidades, que até agora sempre levaram mais de 75% dos recursos orçamentários, seria razoável seguir o exemplo da Embratur e classificá-las de zero a cinco estrelas, dando-lhes recursos de acordo com sua magnitude estelar.

Rutherford, que na sua infância plantava batatas para se manter, nada deveu à sua herança genética, que esta não existe para os dons intelectuais; nem à fortuna familiar, pois era filho de modestos lavradores. Foi graças ao que aprendeu que, atingindo a notoriedade científica, pôde tanto contribuir para o bem-estar da humanidade. Sem um bom sistema de ensino de base, sem professores qualificados e bem remunerados, os esforços no setor educacional continuarão a ser inúteis. É necessário também mudar o ensino, mas para cuidar de conteúdo e não de forma.

Não há quem desconheça que o desenvolvimento brasileiro esbarra na falência de nosso sistema educacional, o que nos leva a lembrar o Evangelho: “Eu te dou graças, ó Pai, Senhor do Céu e da Terra, porque ocultaste estas coisas dos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos” (LC.X.21). De certa forma, isso também foi dito por Santiago Dantas ao lembrar que, no Brasil, o povo se acha “mais amadurecido como povo para exercer sua missão do que as elites como elites”.